



1
2
3
4
5
6
7 **MINISTÉRIO DA SAÚDE**
8 **CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**

1
2
3
4
5 **ATA DA CENTÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA**
6

7 **ABERTURA** - Aos sete e oito dias de março de dois mil e um, na sala de reunião “**Conselheiro**
8 **Omilton Visconde**”, do Conselho Nacional de Saúde, teve início a Centésima Sexta Reunião
9 Ordinária do CNS. **INFORMES: 01) Destaques de Aspectos da Pauta:** O Coordenador **Nelson**
10 **Rodrigues dos Santos** ressaltou pontos da pauta, tecendo breves comentários sobre os mesmos.
11 Entre os destaques estavam os itens 02, 03, 04, 07, 09, 10, 11, 12. **02) Transmissão e Controle da**
12 **Febre Amarela no Brasil:** O Dr. **Jarbas Barbosa** fez uma explanação sobre o tema, com um breve
13 histórico, análise dos números de casos e sua distribuição por municípios, os grupos populacionais
14 mais atingidos, características do surto de MG, as doses de vacinas aplicadas na população durante o
15 ano e encerrou com um relato das estratégias de controle. Ao final, Dr. **Jarbas Barbosa** esclareceu as
16 indagações sobre o contágio da febre amarela feitas pelos Conselheiros **José Carvalho Noronha**,
17 **Mozart de Abreu e Lima e Olympio Távora**. **03) Aspectos Administrativos: Indicação de Novos**
18 **Conselheiros pelas Entidades e Fóruns (Representação da CONAM), Relações dos**
19 **Conselheiros com o Apoio, Material de Apoio e Outros:** O Coordenador **Nelson Rodrigues dos**
20 **Santos** cientificou os Conselheiros sobre as substituições ocorridas na representação da Entidade
21 Nacional de Portadores de Doenças Patológicas e Deficiências – Pestalozzi, sendo a nova titular a
22 Conselheira **Gyselle Saddi Tannous**, como titular da Associação Brasileira de Talassêmicos –
23 ABRASTA, o Conselheiro **Alexandre Soares**. Houve, ainda, substituição na representação da
24 Associação Franco Baságlia, sendo a nova titular a Conselheira **Vera Lúcia Marques de Vita**. **04) Aplicação da E.C. nº 29: Articulação SE/CNS, SIS/MS, MPF, ATRICON, CSSF/CF, CAS/SENADO, CONASS e CONASEMS:** O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** informou sobre a ocorrência
25 de divergências na aplicação da EC Nº 29, tanto no nível federal, como estadual e municipal, e que
26 estava sendo elaborado um documento de consenso por vários órgãos do legislativo e do executivo, e
27 seria trazido para o plenário do CNS tão logo fosse definido. **05) Situação do “PAS” em São Paulo**
28 **perante Deliberação Específica do CNS na Época do seu Lançamento:** O Conselheiro **Claudio**
29 **Duarte de Fonseca** informou que o município de São Paulo retornara a gestão do SUS. Comentou,
30 ainda, que a retomada da organização das ações civis públicas em São Paulo era importante para o
31 conjunto da luta da reforma sanitária no país. A propósito, foi aprovada uma Moção de Apoio, proposta
32 pelo Conselheiro Jocélio **Henrique Drummond**, para ser encaminhada as CES, CMS, SES e SMS do
33 Estado de São Paulo e ao primeiro escalão do MS. **06) Agenda de Metas Nacionais Prioritárias, Planos e Relatórios de Gestão:** O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** propôs que este
34 informe fosse incluído como item de pauta junto ao item 04 – Proposta de Agenda Básica/CNS 2001,
35 sendo a proposição aceita pelo plenário. **07) Projeto “Bolsa-Saúde”:** Em relação à colocação do
36 Conselheiro Mário Scheffer, sobre a bolsa-saúde, o Conselheiro **Cláudio Duarte de Fonseca** informou
37 que o projeto não estava finalizado, e tão logo isso ocorresse, seria apresentado e discutido no CNS. O
38 Conselheiro **Mário César Scheffer** pediu que o tema fosse apresentado na próxima reunião, a
39 Conselheira **Zilda Arns Neumann** se pronunciou no mesmo sentido. **08) Dia Internacional da Saúde:**
40 **07 de Abril – “A Saúde Mental”:** O Dr. **Pedro Delgado**, coordenador da Comissão de Saúde Mental,
41 fez uma explanação sobre o assunto, explicando que todos os anos a OMS define um tema, sendo o
42 deste ano sobre a saúde mental. O lema da campanha brasileira será “Cuidar sim, excluir não”,
43 objetivando a reforma psiquiátrica do sistema nacional. Também, referiu-se em sua fala sobre: 1) a
44 Portaria nº 799; 2) discussão com os gestores municipais de uma proposta de agenda que aponta para
45 que todos os municípios que tenham mais de 70.000 habitantes possam, até a metade do ano
46 seguinte, ter em funcionamento um Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS); 3) as competências
47 para as regiões microassistentes; 4) capacitação dos recursos humanos; 5) discussão de um programa
48 novo para os casos de abuso de substâncias entorpecentes. Para finalizar, solicitou que fosse
49 divulgada a campanha pelos demais membros do Conselho junto as suas entidades. **ITEM 02 –**
50 **“INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO BÁSICO, EM 2001, PELA FUNASA” – RELATO E**
51 **PROPOSTAS DA CISAMA/CNS** - O Conselheiro **Temístocles Marcelos** fez breve relato da: 1)
52 Questão do atendimento dos critérios epidemiológicos definidos na Portaria 176, de 28/03/2000, da

56 FUNASA/MS; 2) Questão dos bolsões populacionais das grandes cidades e regiões metropolitanas
57 com baixíssimos IDH e excluídos da cobertura de saneamento básico através dos Projetos Alvorada e
58 dos critérios da Portaria 176; 3) Questão legal do SUS em formular políticas; 4) Questão relacionada
59 com a garantia dos recursos da Portaria (e Projeto Alvorada) para a manutenção dos equipamentos,
60 evitando a sua rápida deterioração. O Conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira**, em sua intervenção,
61 ressaltou: 1) a evidente ligação da área de saneamento com a saúde; 2) a importância do CNS nessa
62 questão e a necessidade de uma boa discussão do tema dentro do Congresso para uma boa decisão;
63 3) a vinculação da expansão do saneamento com outras ações de saúde no município. O Conselheiro
64 **Luiz Gonzaga Araújo** alertou que o programa de saneamento brasileiro está voltado para a região
65 urbana do país, não envolvendo a área rural. O Conselheiro **José Carvalho de Noronha** esclareceu
66 que o projeto Alvorada está voltado, principalmente, para as áreas rurais e sugeriu que na
67 recomendação constasse: 1) que o projeto abrangesse as regiões metropolitanas, mas, também, os
68 conglomerados urbanos; 2) que fossem considerados os critérios epidemiológicos; 3) a integração do
69 saneamento com outras ações, como a Agenda 2001. O Conselheiro **Sólon Magalhães Viana** sugeriu
70 que no item II, das recomendações, se esclareça para quem são as novas planilhas e no item IV haja
71 mais precisão nos termos. O Conselheiro **Lindomar Tomé Lopes** levantou a preocupação da não
72 execução dos planos. Após o tema ser debatido, foi aprovada pelo CNS *uma recomendação com cinco*
73 *tópicos relacionados a estudos na área de saneamento e meio ambiente no Brasil*. A seguir, houve
74 discussão sobre o Projeto de Lei 4147/2001 – que institui diretrizes nacionais para a prestação de
75 serviços de saneamento básico - foi apresentado pelo Deputado Federal **Sérgio Novaes**.
76 Primeiramente, deu um informe geral, logo após fez um breve histórico, direcionando para a
77 problematização do tema. Os Conselheiros **José Carvalho de Noronha** e **Cláudio Duarte de**
78 **Fonseca** pediram ao Deputado que fizesse esclarecimentos sobre qual o encaminhamento a ser
79 tomado pelo CNS. Ao final de sua explanação, *ele sugeriu que o CNS evidisse esforços para que o*
80 *Executivo retirasse o caráter de Urgência Constitucional do projeto de lei em tramitação na Câmara dos*
81 *Deputados*. Nesse sentido, o CNS aprovou uma moção e uma resolução. **ITEM 03 – POLÍTICA DE**
82 **SAÚDE E VIOLENCIA** - A Professora **Cecília Minayo** fez uma exposição sobre o tema, apresentando
83 tópicos sobre proporção de óbitos por causas externas, proporção de óbitos por acidente de trânsito e
84 homicídio, por sexo e por faixa etária mais atingidos pela violência. O documento apresentado tinha os
85 seguintes tópicos: **1**) Parte do conceito ampliado da saúde; **2**) Inclusão da perspectiva da promoção; **3**)
86 Definição da violência e acidente como problemas sociais; **4**) Estabelecimento de marcos da
87 intersectorialidade; **5**) Diferenciações dos grupos mais vulneráveis em relação à mortalidade e a
88 morbidade; **6**) Análise da responsabilidade específica do setor saúde; **7**) Diagnóstico das debilidades
89 atuais, quais sejam: **a**) problema de informação; **b**) problema de sensibilização para o tema do setor
90 saúde; **c**) deficiências na formação das equipes de saúde e “mitos culturais” e **d**) ausência de uma
91 visão preventiva. E por fim, delineia estratégias para a ação do Ministério, apontando para: **1**)
92 integração do tema nos programas do SUS; **2**) integração intersectorial; **3**) articulação com associações
93 profissionais; **4**) capacitação dos recursos humanos; **5**) indução e investigações de caráter estratégico
94 e **6**) acompanhamento e avaliação. A Conselheira **Zilda Arns Neumann** deu sugestões para uma
95 melhor estratégia, sugerindo que fosse mais combativa a campanha. O Conselheiro **William Saad**
96 **Hossne** pediu esclarecimentos sobre se houve contato com o grupo TLS e perguntou se ocorreu a
97 escolha de uma cidade para desenvolver os planos apresentados. O Conselheiro **Olympio Távora**
98 comentou sobre a necessidade de haver informações seguras. O Conselheiro **José Carvalho de**
99 **Noronha** fez uma defesa do tema, no sentido de se entender o “trauma” como um problema de saúde
100 pública da maior gravidade. O Conselheiro **Sergio Luis Magarão** comentou sobre a necessidade de
101 adequar o currículo das universidades com disciplinas que tratem do “trauma”. O Conselheiro
102 **Lindomar Tomé Lopes** comentou sobre os problemas de violência dentro da sua profissão, e a
103 necessidade de capacitar os recursos humanos dentro do sistema de saúde. O Conselheiro **Neilton**
104 **Araújo de Oliveira** sugeriu que o Ministério da Saúde, dado suas características, seja o líder do
105 movimento de combate à violência. O Conselheiro **Luiz Gonzaga Araújo** chamou a atenção para o
106 problema do “trauma” na área rural. Após o debate dos Conselheiros, a Dra. **Claudia Araújo dos**
107 **Santos** comentou a necessidade de haver uma injeção de recursos novos para o programa. O
108 documento apresentado foi aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde e houve a formação de um
109 Grupo de Trabalho composto pelos Conselheiros: **José Carvalho Noronha, Maria Leda de Resende**
110 **Dantas, Mozart de Abreu Lima, Neilton Araújo de Oliveira, Zilda Arns Neumann e Gyselle Saddi**
111 **Tannous**, com o objetivo de mobilizar intensamente os Conselhos de Saúde, entidades e autoridades
112 com vistas ao reconhecimento e tratamento da violência como primeira prioridade da saúde pública.
113 **ITEM 04 – PROPOSTA DE AGENDA BÁSICA/CNS 2001** – O Conselheiro **Augusto Alves de**
114 **Amorim** relatou a proposta elaborada pelo Grupo de Trabalho da Agenda Básica do CNS – 2001
115 composta pelos Conselheiros: **Diógenes S. Martins, Augusto Alves de Amorim, Maria Leda**

116 **Resende Dantas, Lindomar T. Lopes e Neilton Araújo de Oliveira.** A proposta contém seis eixos
117 temáticos: **1)** Promoção da Saúde; **2)** Modelo de Atenção e de Gestão; **3)** Política de Recursos
118 Humanos; **4)** Financiamento do SUS; **5)** Regulação das Operadoras de Planos de Seguros de Saúde e
119 a Prática do Controle Social; **6)** Desenvolvimento e Aprimoramento Orgânico e Funcional da Rede de
120 Conselhos de Saúde. O Conselheiro **Jocélio Henrique Drummond** pediu *vistas do documento*. Como
121 tinha sido deliberado pela manhã, o Informe – “**Agenda de metas nacionais prioritárias, planos e**
122 **relatórios de gestão**” foi transformado em item de pauta e sua discussão agregada a este item. O
123 Conselheiro **Claudio Duarte de Fonseca** relatou ao CNS sobre a necessidade da construção de uma
124 Agenda Nacional de Saúde – 2001 em conjunto com os Conselhos, no sentido de subsidiar um
125 processo de elaboração e atualização dos planos (nacional, estadual e municipal), para a definição de
126 eixos de intervenção nos sistemas. Nesse sentido, o Conselheiro apresentou uma proposta contendo
127 seis eixos prioritários: **1)** Redução da mortalidade infantil e materna, ação âncora e de valor ético, onde
128 o desafio variará de acordo com a realidade de cada região; **2)** Controle de doenças e agravos
129 prioritários, a partir da realidade de cada região; **3)** Reorientação do modelo assistencial e
130 descentralização; **4)** Melhoria da gestão, do acesso e da qualidade das ações e serviços de saúde; **5)**
131 Desenvolvimento dos recursos humanos do setor saúde; **6)** Qualificação do controle social. Cada eixo
132 seria trabalhado numa lógica de metas (federais, estaduais e municipais). O Conselheiro **Cláudio**
133 **Duarte da Fonseca** esclareceu que o documento tem por objetivo orientar a estratégia de saúde no
134 Brasil e viera ao CNS para seu aprimoramento. Afirmou ainda, que os eixos ora apresentados, faziam
135 parte de um processo de discussão entre o Ministério da Saúde, o CONASEMS e o CONASS. O
136 Conselheiro **José Carvalho de Noronha** chamou atenção para a atribuição do CNS de aprovar as
137 diretrizes de saúde pública do país. O Conselheiro **Jocélio Henrique Drummond** sugeriu que a
138 Agenda de Saúde 2001 fosse, também, discutida nas representações. A Conselheira **Zilda Arns**
139 **Neumann** esclareceu que os seis eixos estavam contemplados na 11ª Conferência Nacional de Saúde.
140 Ao final, o Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** sintetizou a discussão no sentido de que a
141 proposta apresentada pelo Conselheiro **Cláudio Duarte de Fonseca** foi aprovada pelo Conselho,
142 sendo condicionada a dois fatos: **1)** a necessidade de haver uma discussão, em esfera nacional da
143 agenda entre os gestores e o controle social e **2)** que o processo da elaboração da agenda permita que
144 haja a discussão dos desdobramentos dos eixos apresentados. **ITEM 05 – A QUESTÃO DO**
145 **RESSARCIMENTO JUDICIAL NA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE USO CONTÍNUO E**
146 **OUTROS PROCEDIMENTOS** – O Conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira** apresentou, a partir do
147 documento por ele distribuído na última reunião, que continha um resumo de 274 Projetos-Lei em
148 trâmite no Congresso Nacional na área de saúde, as ementas de projetos-lei para o conhecimento do
149 Conselho. Assim, ele destacou o Projeto do Senador Arlindo Porto, Projeto-Lei nº 031/71. Propôs que o
150 Conselho forme uma comissão que acompanhe permanentemente o trâmite, o surgimento de novas
151 propostas e conclusões sobre os assuntos relacionados à questão do ressarcimento judicial na
152 aquisição de medicamentos de uso contínuo. Disponibilizou os dois documentos aos conselheiros na
153 Câmara dos Deputados e no Senado Federal. O Conselheiro **Mario Scheffer** propôs que o
154 acompanhamento do trâmite seja feito por um Conselheiro mais um membro da Secretaria Executiva.
155 O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** concordou com a proposta do Conselheiro. A
156 Conselheira **Maria Leda de Resende Dantas** indicou o Conselheiro **Luiz Gonzaga Araújo**, que
157 concordou e a sua indicação foi aprovada. O Conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira** propôs então que
158 a assessoria parlamentar do CONASEMS trabalhasse em conjunto com o Conselheiro **Luiz Gonzaga**
159 **Araújo**. A Conselheira **Vera Lúcia Marques de Vita** concordou com o encaminhamento dado, e pediu
160 que a comissão não se esquecesse de verificar a Lei do Deputado Paulo Delgado. A Conselheira **Maria**
161 **Natividade Santana** solicitou que, nessa comissão, houvesse participação dos trabalhadores. O
162 Conselheiro **Gilson Cantarino O'Dwyer** sugeriu que o Conselho pudesse sensibilizar os
163 parlamentares do seu papel como fonte de consulta de projetos que envolvam a área de saúde e que
164 sejam criados mecanismos em que o Conselho seja ouvido nessas ocasiões, podendo essa comissão
165 trabalhar também para esse fim. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** lembrou que a
166 assessoria do CONASEMS já fizera um resumo descritivo dos projetos e que o Conselho já fora
167 procurado para fazer uma seleção e dar um tratamento qualitativo a esse trabalho. Sobre a proposta do
168 Conselheiro **Gilson Cantarino O'Dwyer**, o Conselheiro **José Carvalho de Noronha** considerou
169 importante que se tentasse marcar reuniões periódicas com os presidentes das comissões que tratam
170 da questão da saúde, tanto no Senado Federal como na Câmara dos Deputados, para formalizar o
171 diálogo entre o Conselho e o Congresso Nacional. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos**
172 lembrou que essa solicitação já vinha sendo atendida, inclusive com bons resultados. A Conselheira
173 **Cibile Osório** observou que, embora o Ministério da Saúde tenha uma assessoria parlamentar que
174 acompanha os projetos de seu interesse em trâmite no congresso, era importante a decisão do CNS de
175 constituir uma assessoria parlamentar própria. O Conselheiro **Climério da Silva Rangel** Júnior

176 questionou se, na proposta inicial do Conselheiro **Gilson Cantarino O'Dwyer**, a comissão seria ouvida
177 previamente antes dos lançamentos dos projetos. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos**
178 ponderou dizendo que o CNS tem que respeitar a dinâmica do Congresso, porém sempre que possível,
179 a comissão seria ouvida. A Conselheira **Zilda Arns** pediu ao Conselheiro **Luiz Gonzaga Araújo** que
180 pudesse participar, quando houvesse algum assunto de interesse na Comissão de Seguridade Social e
181 Família. O Conselheiro **José Luiz Spigolon** lembrou que a Comissão de Seguridade Social e Família
182 da Câmara dos Deputados e a Comissão de Assuntos Sociais, do Senado Federal filtram todos os
183 assuntos relacionados com a saúde, o que poderia facilitar o trabalho dessa comissão. Nos assuntos
184 mais polêmicos, o Conselheiro **José Luiz Spigolon** sugeriu que o CNS apoiasse a realização de
185 audiências públicas dessas comissões e definisse pessoas que pudessem discutir assuntos
186 relacionados com a saúde. Ademais, o Conselheiro fez sua homenagem ao Dia Internacional da
187 Mulher. O Conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira** colocou, a respeito das palavras da Conselheira
188 **Cibile Osório**, que o Ministério da Saúde, assim como muitos dos órgãos representados no CNS, têm
189 sua assessoria, porém não conseguem acompanhar todos os projetos importantes num ritmo adequado
190 devido a uma sobrecarga no trabalho. Concordou com o Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos**
191 que o CNS não pode interferir no trâmite do Congresso, mas precisa criar uma cultura em que seja
192 ouvido com freqüência. O Coordenador substituto, **Ruy Nedel**, fazendo uso da palavra, lamentou a
193 deficiência da Assessoria Parlamentar do Ministério da Saúde. O Conselheiro **Luiz Gonzaga Araújo**
194 declarou que faria todo o possível para o bom andamento da nova comissão. A Conselheira **Cibile**
195 **Osório** lembrou que, às vezes, a assessoria parlamentar do Ministério da Saúde posiciona-se com
196 muita influência externa, que pode não ser a mesma do CNS, aumentando ainda mais a importância
197 dessa comissão. O Conselheiro **Cláudio Duarte da Fonseca** esclareceu a todos que realmente a
198 assessoria parlamentar do Ministro tem suas peculiaridades, não sendo possível a comparação entre
199 uma assessoria do CNS com a assessoria do Ministro ou mesmo do Ministério. O Coordenador **Nelson**
200 **Rodrigues dos Santos** prestou homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Os Conselheiros **José**
201 **Carvalho de Noronha**, **Vera Lúcia Marques de Vita**, **Climério da Silva Rangel Júnior**, **Zilda Arns**
202 **Neumann**, **Augusto Alves de Amorim**, **Maria Natividade G. S. T. Santana**, **Ana Maria Lima**
203 **Barbosa**, **Neilton Araújo de Oliveira**, **Gysélle Saddi Tannous**, **José Carlos Bezerra Passos**, **Maria**
204 **Leda de Resende Dantas** se juntaram ao Coordenador na homenagem prestada às Mulheres. A
205 Conselheira **Maria Natividade G. S. T. Santana** pediu licença ao Conselheiro **José Carvalho de**
206 **Noronha** para destacar, na sua proposta de dedicar a reunião às mulheres brasileiras, uma
207 homenagem especial à sua companheira, enfermeira Edma Rodrigues Valadão, que juntamente com
208 seu companheiro, enfermeiro Marcos Otávio Valadão foram brutalmente assassinados no Rio de
209 Janeiro. Em relação a esse fato, disse: *“Esses companheiros eram militantes da área de saúde e foram*
210 *vítimas quando se dirigiam à Conferência Municipal de Saúde, do Rio de Janeiro. Os crimes foram*
211 *recentemente classificados como qualificados, de mando, e deverão ser investigados pela Polícia*
212 *Federal. Este Conselho Nacional de Saúde pouco fez para pressionar as autoridades na solução do*
213 *crime, prisão e punição dos culpados.”* Continuando, a mesma se expressou quanto à necessidade da
214 interveniência do plenário junto às autoridades para que esse crime seja elucidado, pois os
215 trabalhadores não aceitam conviver com a impunidade. Também, agradeceu, em nome das mulheres
216 trabalhadoras da área de saúde, as quais representa no CNS, as homenagens de Conselheiras e
217 Conselheiros no momento expressadas. Finalizando, disse para os homens presentes, no Plenário, que
218 o que as mulheres mais reivindicam é a eqüidade de gênero, que significa, em síntese,
219 companheirismo, igualdade de oportunidades, reconhecimento, amor, afeto e carinho. O Conselheiro
220 **Climério da Silva Rangel** fez uma proposta de encaminhamento de uma moção à atleta para-olímpica
221 brasileira África Rocha, parabenizando-a pelo Dia Internacional da Mulher. A Conselheira **Maria Leda**
222 **de Resende Dantas** acrescentou à proposta do Conselheiro uma homenagem à também para-atleta
223 “Rosinha”. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** solicitou os nomes corretos dos
224 homenageados e propôs a inclusão de uma síntese das manifestações feitas pelo plenário em
225 homenagem ao Dia Internacional da Mulher no próximo número do Jornal Controle Social, para
226 registrar a posição do Conselho Nacional de Saúde sobre o assunto. O Coordenador **Nelson**
227 **Rodrigues dos Santos** propôs que o item 09 da pauta, sobre a Revisão da Resolução CNS nº 33, de
228 23.12.92, passasse para a próxima reunião, tendo em vista que o grupo não havia feito uma redação
229 finalística sobre o assunto. Colocou, também, que, pela primeira vez, a Comissão de Orçamento e
230 Finanças não iria apresentar seu relatório por motivo de doença do Professor Elias Antônio Jorge,
231 ficando seu relato para ser apresentado na próxima reunião ordinária. **ITEM 06 – ENCAMINHAMENTO**
232 **DE PROPOSTA DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL** – Item discutido juntamente com o
233 Item 10. **ITEM 07 – DIRETRIZES PARA O REGIMENTO INTERNO DA PLENÁRIA NACIONAL DE**
234 **SAÚDE**. A Conselheira **Zilda Arns Neumann** apresentou o documento *“Diretrizes para Plenária*
235 *Nacional de Conselhos de Saúde – Proposta Preliminar.”* O mesmo não foi aprovado, porque não

236 provinha da unanimidade do grupo. Embora o Conselheiro **Cláudio Duarte da Fonseca** tenha pedido
237 vistas do documento, houve discussão a respeito. O Conselheiro **Climério da Silva Rangel Júnior**
238 pediu que fosse modificado o número de Delegados por estado, que ao invés de 18 delegados fosse 16
239 ou 20 por causa do sistema de paridade. O Conselheiro **Edson de Oliveira Andrade** ressalvou a
240 questão do tempo que já estava correndo e pediu que o trabalho fosse feito o mais rápido possível. O
241 Conselheiro **Gilson Cantarino O'Dwyer** esclareceu que o pedido de vistas do Conselheiro **Cláudio**
242 **Duarte da Fonseca** não iria prejudicar a realização da Plenária, porque o documento não era
243 resolução de todo o grupo. Ademais, por esse motivo, julgou prejudicada a apresentação da
244 Conselheira **Zilda Arns Neumann**. A Conselheira **Zilda Arns Neumann** esclareceu que o grupo, embora tivesse agendado a reunião, não conseguira se reunir com a totalidade de seus membros. O
245 Conselheiro **Jocélio Henrique Drummond** sugeriu, em função do documento não representar a
246 opinião do GT, que o mesmo se encontrasse e também convidasse a coordenação da Plenária para
247 que se pudesse produzir um documento mais rico. Finalizando a discussão, *foi aprovada a permanência do grupo de trabalho que se reunirá com a Comissão de Organização da Plenária, por volta de dez dias antes da reunião do Conselho, devendo trazer, já para a reunião de abril, uma proposta discutida e consensada.* **ITEM 08 – RELATO DE REUNIÃO DA CIT DE 15.02.01** – O
248 conselheiro **Cláudio Duarte da Fonseca** fez o relato da reunião da CIT de 15.02.01, ocasião na qual
249 foram discutidos os seguintes pontos: **1)** Impacto da PEC no orçamento dos Governos Estaduais; **2)** Plano
250 nacional de reorganização de atenção à Diabetes e à Hipertensão; **3)** Regulamentação da
251 NOAS; **4)** Habilitação de Estados e Municípios nas ações descentralizadas de epidemiologia e controle
252 de doenças, **5)** Habilitação de Municípios na Gestão Plena de atenção básica; **6)** Informe sobre o
253 Cadastramento Nacional dos Usuários do SUS; **7)** Ficou estabelecida para discussão na próxima
254 reunião a questão da descentralização e universalização dos exames cargo-viral e de HIV, CD4 e CD8;
255 **8)** Informe sobre o programa de interiorização do trabalho de saúde. O Conselheiro **Neilton Araújo de**
256 **Oliveira** acrescentou os seguintes pontos tratados na reunião: **1)** Incentivo à saúde da família; **2)** Cadastramento
257 de servidores federais cedidos aos Estados e Municípios; **3)** Apresentação, por parte da SAS, de uma portaria de incentivos financeiros aos serviços filantrópicos. Para finalizar, o
258 Conselheiro **Gilson Cantarino O'Dwyer** apresentou o relatório sobre a reunião somando ainda os
259 seguintes pontos: **1)** A formação de uma comissão para avaliar a situação do Município de Viana - MA
260 na questão da habilitação de Estados e Municípios, na questão epidemiológica e controle de doenças;
261 **2)** Compactuação e encaminhamento, pelo CONASS e CONASEMS dos balanços orçamentários
262 relativos ao ano 2000. O Conselheiro **Lindomar Tomé Lopes** cumprimentou os relatores da CIT,
263 principalmente na referência feita aos recursos humanos. O Conselheiro **Augusto Alves de Amorim**
264 destacou, também, a importância do relatório. O Conselheiro **Mário Scheffer**, também, parabenizou a
265 CIT pela atenção dada ao combate a AIDS e pediu ainda atenção da mesma para o mutirão do
266 Governo contra a Hipertensão e Diabetes. O Conselheiro quis, ainda, esclarecimentos sobre a questão
267 do resarcimento ao SUS. O Conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira** informou que esse assunto não
268 fora discutido na reunião do dia 15.02. 2001. O Conselheiro **Gilson Cantarino O'Dwyer** demonstrou
269 atenção no acompanhamento da campanha de Hipertensão e Diabetes. **ITEM 09 – REVISÃO DA**
270 **RESOLUÇÃO CNS Nº 33 DE 23.12.92** - Item não apresentado, adiado para a próxima reunião. **ITEM**
271 **10 – PAPEL E ATUAÇÃO DO CNS NO PROCESSO DE REGULAÇÃO DA SAÚDE SUPLEMENTAR**
272 – O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** informou que encontravam-se nas pastas dos
273 conselheiros os seguintes documentos para subsidiar a discussão do item: **1)** a última medida
274 provisória; **2)** as últimas resoluções da Agência Nacional de Regulação; **3)** documento do Fórum de
275 Acompanhamento e Regulamentação dos Planos de Saúde. O Conselheiro **Mário Scheffer** lembrou,
276 ainda, que fora distribuído um documento com um resumo dos principais pontos da resolução. Lembrou
277 também que, na última reunião, o Plenário do Conselho Nacional de Saúde decidiu retomar o
278 acompanhamento permanente da regulamentação do setor de saúde suplementar. Continuando, o
279 Conselheiro leu os pontos do documento “Papel do CNS na Regulamentação da Saúde Suplementar”.
280 O Conselheiro **Sylvio Romero Figueiredo Costa** ponderou que seria interessante a participação de
281 um representante das operadoras de planos de saúde na comissão sugerida pelo Conselheiro **Mário**
282 **Scheffer**. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** lembrou que, sendo a comissão de caráter
283 permanente, seria imprescindível que todos os membros fossem conselheiros. O Conselheiro **Jocélio**
284 **Henrique Drummond** apoiou a proposta do Conselheiro **Mário Scheffer**. O Conselheiro **Neilton**
285 **Araújo Oliveira** também acompanhou a posição do relator. A Conselheira **Maria Leda da Resende**
286 **Dantas** defendeu a participação da COBAP na Comissão que será representado pelo Conselheiro
287 Suplente **Geraldo Adão Santos**. O Conselheiro **José Carvalho de Noronha** ponderou que seria
288 importante essa comissão trabalhar na criação de um sistema de avaliação de desempenho
289 assistencial dos planos de saúde. A Conselheira **Vera Lúcia Marques de Vita** lembrou da importância
290 dessa comissão em englobar, também, os usuários dos planos de saúde que não façam parte de
291

296 planos coletivos. Chamou a atenção para a relevância da questão da saúde mental ser inclusa na
297 discussão dos planos de saúde. O Conselheiro **Augusto Alves de Amorim** se posicionou a favor de
298 que essa comissão também lide com a questão de recursos humanos que fazem parte da rede dos
299 planos de saúde. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** ressaltou a importância da comissão
300 ser formada. O Conselheiro **Sérgio Francisco Piola** lembrou a importância da tipificação dos planos
301 de saúde coletivos, sem esquecer dos usuários individuais. Conselheiro **Mário Scheffer** lembrou que
302 não seria papel dessa comissão regulamentar os planos de saúde, mas sim de acompanhamento e que
303 a mesma teria autonomia para elencar suas prioridades, tendo como objetivo imediato, a realização de
304 uma audiência pública acerca do tema em data já definida e o acompanhamento da agenda da ANS. A
305 comissão foi aprovada, com uma abstenção de voto do Conselheiro **Cláudio Duarte da Fonseca**,
306 tendo a seguinte formação: Conselheiro **Mário Scheffer** como coordenador, Conselheiros **Maria Leda**
307 **de Resende Dantas**, **Jocélio Henrique Drummond**, **José Luiz Spigolon**, **Edson de Oliveira**
308 **Andrade**, **Sylvio Romero Figueiredo Costa**, sendo nomeado seu suplente o Conselheiro **José**
309 **Carlos Passos**. Além desses conselheiros, comporiam a comissão um Conselheiro representante das
310 Entidades Nacionais de Outros Profissionais da área de Saúde e um Conselheiro representante da
311 ABRASCO. **ITEM 11 – PROPOSTA DE PARÂMETROS ASSISTENCIAIS DA SAS/SPS/MS** – A
312 Conselheira **Maria Natividade G. S. T. Santana** apresentou o relatório do grupo de trabalho sobre a
313 Proposta de Parâmetros Assistenciais da SAS/MS constante da pasta dos Conselheiros. O documento
314 *foi aprovado, por unanimidade, com uma alteração que adiciona, na segunda recomendação do*
315 *relatório, a seguinte proposição: "A adequação do perfil da oferta de serviços ao perfil epidemiológico e*
316 *social da necessidade da população em cada região do país, em cada nível de complexidade, requer*
317 *indicadores de forte impacto na variação das médias nacionais."* O coordenador **Nelson Rodrigues**
318 **dos Santos** informou que a proposta seria levada ao conhecimento de todo o primeiro escalão do
319 Ministério da Saúde e do CONASS e CONASEMS, como recomendação do Conselho. O Conselheiro
320 **José Carvalho de Noronha** lembrou também que seria necessária a criação de um Grupo Técnico
321 para fazer o acompanhamento dessa questão. **ITEM 12 – PROPOSTA REFERENTE AO**
322 **ANTEPROJETO DE LEI PARA SUBSTITUIR O DECRETO 99.438/90, QUE DISPÓE SOBRE A**
323 **ORGANIZAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO CNS – RELATO PARCIAL** Transferido para a próxima
324 reunião. **ITEM 13 – RELATO DA COFIN/CNS E SPO/MS**. O item não foi discutido por motivo de
325 doença do Professor **Elias A. Jorge**, ficando para a próxima reunião a apresentação dos dois
326 relatórios. **ITEM 14 – ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DA 11ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE**
327 **SAÚDE. AVALIAÇÃO E PROPOSTAS** A Dra. **Rita B. Barata** apresentou o resultado da avaliação
328 feita com os participantes da 11ª Conferência Nacional de Saúde, que continha os seguintes pontos: **1)**
329 Material promocional; **2)** Entrega do material; **3)** Qualidade do material; **4)** Secretaria; **5)** Alimentação;
330 **6)** Instalações; **7)** Alojamentos; **8)** Programação; **9)** Interesse pelos temas; **10)** Avaliação geral; **11)**
331 Temas para a próxima Conferência; **12)** Pontos fortes; **13)** Pontos fracos; **14)** Sugestões para a
332 próxima. A respeito do Relatório final, a Dra. **Rita B. Barata** informou que se encontrava em fase de
333 conclusão sugerindo, ainda, que houvesse uma solenidade de lançamento do relatório na véspera da
334 reunião do CNS do mês de maio. Além disso, sugeriu ao Conselho que fizesse a sua avaliação política
335 da Conferência, e um extrato do relatório com proposições que considerasse prioritárias para orientar
336 seu trabalho. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** considerou importante que, também, os
337 Municípios e os Estados fizessem um extrato do relatório, levando em conta o seu ponto de vista
338 acerca das questões prioritárias. O Conselheiro **Mário Scheffer** concordou com a proposta de fazer
339 esse extrato do relatório, adicionando a possibilidade de se criar um grupo de trabalho para trazer a
340 discussão dessa súmula ao Plenário. Da mesma forma, defendeu a solenidade do lançamento do
341 relatório, sugerindo o dia 08 de maio de 2001 para a sua realização. O Conselheiro **Lindomar Tomé**
342 **Lopes** parabenizou a redação do relatório parcial, sugerindo uma melhor distribuição do número de
343 participantes na hora do almoço. Sugeriu também que o Conselho pensasse na separação do relatório
344 em cadernos temáticos, o envio do material completo, e mesmo, também, em forma de cartilhas ou
345 livros, para serem distribuídos para todos os conselhos. A Dra. **Rita B. Barata**, sugeriu um estudo para
346 que as datas das Conferências não se chocassem com anos eleitorais em nenhum dos níveis, seja
347 estadual, municipal ou federal. O Conselheiro **Cláudio Duarte da Fonseca** ressaltou a fidelidade do
348 relatório da Conferência, parabenizando a qualidade do mesmo e concordou com os encaminhamentos
349 dados, defendendo que o lançamento seja em larga escala, com vários eventos, com significação
350 comemorativa, simultâneo em vários níveis. A Conselheira **Maria Natividade Santana** também
351 expressou sua satisfação com o relatório. O Conselheiro **José Luiz Spigolon** também parabenizou a
352 Dra. **Rita B. Barata** pelo relatório apresentado e concordou com os encaminhamentos dados. O
353 Conselheiro **Jocélio Henrique Drummond** também se juntou aos outros, parabenizando a qualidade
354 do relatório. Assim, também, fez o Conselheiro **José Carvalho de Noronha**, considerando vital a
355 estruturação da súmula. A Conselheira **Zilda Arns Neumann** também parabenizou o trabalho da

356 relatora e ainda defendeu a mudança do sistema de votação relacionado com o quorum para as
357 deliberações. A Conselheira **Maria Leda de Resende Dantas** fez elogios à Conferência enaltecendo a
358 sua qualidade e validade, e como os demais conselheiros, parabenizou a Comissão Organizadora.
359 Após as manifestações dos Conselheiros, a Dra. **Rita B. Barata** agradeceu as menções de apoio ao
360 seu trabalho e fez as seguintes sugestões: **1)** que cada Estado assumisse as suas delegações,
361 principalmente, no tocante à alimentação e ao alojamento; **2)** que houvesse intervalos maiores entre as
362 Conferências Estaduais e a Nacional; **3)** Revisão da forma de organização da Conferência concernente
363 à questão de quorum e deliberações, seguindo a linha da sugestão da Conselheira **Zilda Arns**
364 **Neumann**. Levantou duas alternativas para serem levadas em consideração pelo Conselho: **I)**
365 construir a Conferência Nacional a partir de um documento básico com representatividade de todos
366 segmentos; **II)** discutir nas Conferências Estaduais o tema proposto para Conferência Nacional.
367 Ademais, agradeceu a ajuda e as palavras elogiosas. A Conselheira **Zilda Arns Neumann** fez ainda
368 questão de mencionar que a votação das propostas na Conferência teria que ter um caráter
369 consistente, com expressão real da opinião da maioria da Plenária. O Coordenador **Nelson Rodrigues**
370 **dos Santos** pediu para que, na reunião de abril, fossem acertados os detalhes do lançamento e que o
371 mesmo fosse pautado para a Reunião Ordinária do mês de maio. **ITEM 15 – SUGESTÕES DE PAUTA**
372 **PARA A 107ª REUNIÃO ORDINÁRIA E ENCERRAMENTO** – O Coordenador **Nelson Rodrigues dos**
373 **Santos** disse que seriam pautados para a próxima reunião os seguintes itens: **1)** Os Grupos de
374 Trabalho que não apresentaram relatório completo nessa reunião; **2)** Parecer sobre a Proposta de
375 Agenda Básica dado pelo Conselheiro **Jocélio Henrique Drummond**; **3)** Grupo Técnico para fazer
376 uma súmula do relatório da 11ª Conferência Nacional da Saúde, composto pelos mesmos Conselheiros
377 participantes da comissão organizadora; **4)** Discussão das propostas levantadas pela Dra. **Rita B.**
378 **Barata**; **5)** Discussões do acompanhamento do Conselho Nacional de Saúde às questões do
379 REFORsus e do VIGISUS. A Conselheira **Isabel Maria de Loureiro Maior** propôs que entrasse como
380 ponto de pauta da próxima reunião os relatórios sobre os programas estratégicos do PPA, com atenção
381 especial aos portadores de deficiência. O Conselheiro **Luiz Gonzaga de Araújo** sugeriu que fosse
382 discutido o tema sobre Doença de Chagas, em razão de muitas pessoas estarem morrendo no
383 Nordeste vítimas dessa doença. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** agregou a esse tema
384 o do VIGISUS. O Conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira** propôs como ponto de pauta a questão dos
385 Recursos Humanos do SUS, que é matéria constitucional. O Conselheiro **Jocélio Henrique**
386 **Drummond** endossando a sugestão da apresentação do GT sobre as Diretrizes para Regimento
387 Interno da Plenária Nacional de Saúde na próxima reunião, sugeriu que a reunião com o grupo fosse
388 agendada o dia 30 de março, cinco dias antes da reunião do Conselho. O Coordenador **Nelson**
389 **Rodrigues dos Santos** concordou com a solicitação do Conselheiro. A Conselheira **Gysélie Saddi**
390 **Tannous** propôs como ponto de pauta a apresentação do relato do Grupo de Trabalho sobre Violência.
391 **ENCERRAMENTO** – Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. Além, da presença do
392 Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos**, participaram da reunião os seguintes conselheiros:
393 Alexandre Soares, Ana Maria Lima Barbosa, Augusto Alves de Amorim, Cláudio Duarte da
394 Fonseca, Cibele Gueresi de Mello Osório, Clímerio da Silva Rangel Júnior, Edson de Oliveira
395 Andrade, Gilson Cantarino O'Dwyer, Gysélie Saddi Tannous, Izabel Maria de Loureiro Maior,
396 Jocélio Henrique Drummond, José Beni Monteiro Oliveira, José Carlos Bezerra Passos, José
397 Carvalho de Noronha, José Luiz Spigolon, Lindomar Tomé Lopes, Luiz Gonzaga Araújo, Maria
398 Leda de Resende Dantas, Maria Natividade Santana, Mário César Scheffer, Mário Gawryszewski,
399 Mozart de Abreu Lima, Neilton Araújo de Oliveira, Olympio Távora, Paulo Guilherme B. Romano,
400 Sérgio Luiz Magarão, Sérgio Francisco Piola, Sólon Magalhães Viana, Sylvio Romero
401 Figueiredo Costa, Temístocles Marcelos, Vera Lúcia Marques de Vita, William Saad Hossne,
402 Zenite da Graça B. Freitas, Zilda Arns Neumann.